COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO N° , DE 2024

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a realização de audiência pública para discutir o Plano de Carreira de Estado dos Engenheiros, Arquitetos e Urbanistas, Estatísticos e Geólogos no Serviço Público

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Excelência, com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para discutir o Plano de Carreira de Estado dos Engenheiros, Arquitetos e Urbanistas, Estatísticos e Geólogos no Serviço Público. Para tanto, solicitamos sejam convidados (as) os (as) seguintes participantes:

- 1. Ministra Esther Dweck, do Ministério de Gestão e Inovação MGI:
- 2. Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU/BR e CAU/DF;
- 3. Conselho de Engenharia e Agronomia CONFEA;
- 4. Instituto de Arquitetos e Urbanistas do DF,- IAB-DF;
- 5. Ex-Senador Hélio José;
- 6. Engenheiro José Senno, ex-presidente da Associação Nacional dos Servidores Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Poder Executivo Federal ANSEAF.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição de um plano de carreira que congregue engenheiros, arquitetos e urbanistas, estatísticos e geólogos no âmbito da administração pública federal contribui para o aperfeiçoamento do serviço público, especialmente em áreas estratégicas como a engenharia,





arquitetura, urbanismo, estatística e geologia. O papel desses (as) profissionais é essencial para a execução de projetos de infraestrutura, planejamento urbano e gestão ambiental, sendo, portanto, necessário que sua atuação no setor público seja aprimorada e organizada de forma mais eficiente.

A proposta de unificação de carreiras está em consonância com as diretrizes da reforma administrativa, que visa otimizar a gestão de recursos humanos no serviço público. Ao centralizar os cargos em uma única estrutura, os engenheiros, arquitetos, urbanistas, estatísticos e geólogos poderão prestar serviços a diversos órgãos e autarquias, ampliando sua capacidade de atuação e flexibilizando a gestão de pessoas. Essa mudança atende a uma recomendação do Banco Mundial, que sugere a redução do número de carreiras no serviço público, permitindo maior mobilidade de servidores (as) e eficiência na prestação de serviços à população.

Certa da atenção dispensada ao tema em epígrafe, solicitamos o apoio dos (as) nobres pares para aprovação do requerimento em tela.

Sala da Comissão, em

de

de 2024.

Deputada ERIKA KOKAY - PT/DF



